

CAPÍTULO 5: SOMOS INVASORAS TAMBÉM NO CAMPO ACADÊMICO, QUANDO AVALIAMOS MANDATOS FEMINISTAS

Letícia Godinho¹

Boa tarde! Primeiramente, eu preciso dizer que é uma honra estar aqui, ao lado da Deputada Estadual de Minas Gerais Andréia de Jesus, quem eu conheci recentemente, mas que eu já admirava desde a época das eleições, em 2018. Também é uma honra estar ao lado da Fabiana Pinto, do Instituto Marielle Franco, com quem a gente da Fundação João Pinheiro tem estabelecido um diálogo há algum tempo. Eu queria destacar a importância do Instituto Marielle Franco, e agradecer pela possibilidade de parceria, sobre a qual eu vou falar para vocês brevemente. Para mim, é uma grande honra estar aqui nesta mesa, com vocês, falando para essa plateia.

Hoje, eu estou um pouco desconfortável, porque um auditório cheio não é exatamente uma sala de aula, em sala de aula eu fico mais tranquila. Mas vamos lá! A encomenda que me passaram é: falar do tema monitoramento e avaliação de mandatos feministas, e, especificamente, falar um pouco da experiência do Grupo de Pesquisa Estado, Gênero e Diversidade da Fundação João Pinheiro, o Egedi, e o que a gente está desenvolvendo nesse âmbito.

A experiência do Egedi começa quando a Deputada Andréia de Jesus fez um convite para fazermos a avaliação do mandato dela. A Deputada Andréia provocou o Egedi. Uma ótima ousadia! Ela

nos provocou a pensar, a discutir e a investir nesse tema de uma forma mais profunda, a resgatar esse tema da ciência política. Eu sou formada em ciência política, a minha colega Ana Paula Salej também. A Deputada Andréia de Jesus nos convidou a pensar e a avaliar o mandato dela própria, para responder a seguinte questão: “Como é que o meu mandato contribui para a democracia?”. É uma pergunta fundamental, uma pergunta que, talvez, todos os mandatos deveriam fazer.

Quando a gente começou a desenvolver esse projeto, aqui na Fundação João Pinheiro, a primeira coisa que a gente fez foi, justamente, buscar e retomar a literatura da ciência política, a literatura sobre avaliação de mandatos. A gente descobre, então, algo que já foi mencionado nesse seminário: a gente também é invasor ou invasora nesse campo. Nós parecemos invasoras no campo da avaliação de mandatos, nós parecemos invasoras no campo da teoria política; nós, as mulheres. Tanto que a gente tem uma teoria política feminista à parte, sobre a qual a gente se debruça para pensar os temas que nos interessam.

A gente também é invasora na administração pública. Pensei nisso, ao refletir sobre a fala de hoje mais cedo. Lembrei de um levantamento muito rápido que a gente fez recentemente. José Vitor Cruz, nosso estudante, estava à frente desse levantamento. Ele levantou nas revistas classificadas no WebQualis Capes como sendo A, no campo da administração pública, os temas gênero e raça. Para nossa surpresa (ou não!), no máximo, ele encontrou uma dúzia de artigos. Então, quer dizer, esse tema está completamente ausente, ou quase completamente ausente, da literatura da administração pública.

Está ausente também, a não ser no “nosso gueto” da teoria política. Então, quando a gente vai investigar a literatura sobre avaliação de mandatos, também a gente não encontra nada a respeito disso. E a gente não encontra a pergunta que a Deputada nos colocou: “Como é que o meu mandato contribui para a democracia?”. Então, o primeiro passo para avaliar o mandato da Deputada Andréia de Jesus foi revisar e rever a literatura. Em artigos científicos, em documentos que trazem metodologias de avaliação de mandatos, em relatórios de organizações nacionais e internacionais, encontramos alguns que continham uma série de orientações, de prescrições para a avaliação dos mandatos. Pelo que eu me lembro, com exceção de documentos orientadores, nenhum colocava essa pergunta sobre o aprofundamento democrático, e não colocava também a importância de pensar as questões de gênero e raça dentro do mandato, dentro da própria equipe do mandato, por exemplo.

O que a gente constata, quando avaliamos essas metodologias que existem já há muito tempo, é que elas estão buscando avaliar uma performance do parlamentar. Elas se baseiam em indicadores, geralmente, muito objetivos. Quer dizer, são documentos em que a gente vê uma preocupação extremamente quantitativa, de ranqueamento, de comparação e quase que de competição entre os parlamentares. Então, tem um objetivo classificatório dos mandatos e que não tem, de fato, a intenção de explicitar essa contribuição. Se limitam ali a dizer: “o parlamentar teve uma boa performance porque ele enviou x projetos de lei e tantos projetos de lei foram aprovados”. São indicadores com esse viés bastante produtivista e quantitativo. Mesmo assim, a gente aproveitou muito dessa literatura tradicional do campo da ciência política. A gente

coletou, dessa revisão, dezenas de indicadores – acho que uns 40 indicadores ou mais.

Mas a gente se propôs, de forma muito ambiciosa podemos dizer, a melhorar, digamos assim, essas metodologias de avaliação de mandato, buscando pensar exatamente a contribuição dos mandatos para o aprofundamento democrático. Então, a gente incluiu um conjunto de variáveis relevantes, nesse sentido. Para isso, a gente usa toda essa teoria política feminista, que, inclusive, já foi exposta e explorada, hoje, no seminário. Então, a gente trouxe, por exemplo, um conjunto de considerações sobre a representatividade dos parlamentares, sobre a representatividade descritiva e substantiva, sobre a relação entre elas; sobre a qualidade dos projetos apresentados, mas também sobre a trajetória desse mandato. A gente queria saber, entre outras coisas, a qualidade do mandato, o cumprimento dos objetivos planejados, os pontos de avanço e de destaque. Porque, na nossa ideia, uma avaliação de um mandato tem que servir não para ranquear os parlamentares, mas para o próprio mandato utilizar daquele instrumento para poder fazer prestação de contas, poder refletir sobre o mandato, como, também, um instrumento de monitoramento.

Vou ser muito breve na minha fala. Vou só explicar um pouco o desenho desse modelo. A gente propôs uma metodologia de avaliação que levasse em conta quatro dimensões da representatividade descritiva. Queríamos saber se aquele mandato possui uma representatividade que contribui para o adensamento democrático, para a superação do déficit democrático. A gente levava essa discussão também para as equipes. E, as equipes são diversas. Elas apresentam uma diversidade de forma a contribuir para um man-

dato que se pretenda representativo e democrático. Uma outra dimensão que avaliamos foi a dimensão da atividade parlamentar. A gente queria saber, com essa dimensão, se o mandato era capaz de exercer a função parlamentar adequadamente, considerando principalmente a função legislativa e fiscalizadora.

A esse respeito, eu acho que é importante fazer uma observação sobre quando nos debruçamos sobre os dados do mandato da Deputada Andréia de Jesus. Há um universo de dificuldades e avanços. Avanços que nos impressionam muito, mas também dificuldades. Eu acho que ela vai falar um pouco sobre isso. Eu vou me conter aqui, mas eu acredito que essa experiência trouxe pra gente também dados concretos, evidências concretas imensuráveis. A gente estava falando da importância de produzir informações sobre as dificuldades que um mandato de uma mulher negra, iniciante, em um primeiro mandato tem. E, também por isso, o mandato apresenta uma série de dificuldades específicas. A gente se viu defronte de um conjunto de informações que apontavam para essas dificuldades estruturais.

A outra dimensão que a gente se propôs avaliar foi a dimensão do gabinete. Como é que o mandato faz a sua gestão, a gestão da equipe, a gestão do seu planejamento. A rotina do gabinete é a última dimensão da representatividade substantiva. No final das contas, a gente propõe, nessa metodologia, uma coleta de dados bastante diversa. Para além de dados mais objetivos e de caráter quantitativo, a gente faz uma coleta de documentos relativos à produção legislativa, buscando avaliar também a qualidade dos projetos, além de outras coisas como: registro de reunião, requerimentos e outros componentes do processo legislativo. A gente busca, tam-

bém, dados secundários de bases de dados públicas da Assembleia Legislativa, que não estão publicizados em todas as casas legislativas. Eu acho que, inclusive, a Assembleia de Minas Gerais é um pouco fora da curva nesse sentido. Utilizamos também dados das redes sociais, do mandato, do site. A gente fez entrevistas: entrevistas com a Deputada, com a equipe da Deputada, para entender a rotina e a dinâmica do mandato, a história do mandato desde o início da campanha até a concretização do mandato.

Nós vamos publicar, em breve, o relatório dessa avaliação. Estamos decidindo como vamos fazer, mas pretendemos fazer um documento bem acessível, que não fique um documento muito acadêmico, mas que possa ser, inclusive, aproveitado pelo público mais amplo. E, a gente pretende compartilhar também, como a gente já começou a fazer, essa metodologia que desenvolvemos, de forma específica para avaliar o mandato da Deputada Andréia, porque outras organizações acabaram tendo interesse de usar também.

Convido vocês a conhecerem esse material, a espalhar esse material e fazer o melhor proveito, nesse espírito de poder contribuir e fortalecer a luta feminista que se encontra extremamente atacada nesse momento, mas que a gente tem certeza de que vai persistir. Enfim, a gente continua cerrando fileiras nessa luta.

NOTAS:

1 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro (FJP); Docente da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG) da FJP, e membro do corpo docente do seu Programa de Mestrado em Administração Pública. Possui Mestrado e Doutorado (2011) em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de Bacharelado em Direito pela mesma universidade. Atua principalmente nas temáticas da gestão pública, políticas públicas de segurança e teoria e pensamento político.

13 Faz referência à Áurea Carolina de Freitas e Silva, que participa da mesma mesa redonda do seminário. 14 Faz referência à Manuela D'Ávila, que participa da mesma mesa redonda do seminário.

CAPÍTULO 6: É PRECISO REGISTRAR E AVALIAR AS MANDATAS

Andréia de Jesus²

Quero cumprimentar todas as pessoas presentes. Também estou muito feliz de estar aqui neste seminário, e gostaria de cumprimentar essas mulheres que dividem a mesa comigo, por terem aceitado essa empreitada, e estarem seguindo com ela, fazendo essa ocupação institucional e pretendendo mudar a estrutura. Porque é muito desafiante para a gente entrar numa estrutura pronta, colonizadora, e fazer esse papel de descolonizar os espaços. Então, encontrar parceiras como vocês é uma alegria; ajuda a gente e nos inspira.

Quinze minutos é pouco tempo, mas eu acho importante ressaltar meu lugar de fala. Eu moro em Ribeirão das Neves há 27 anos. Sou mãe solo. Fui educadora infantil no meu município, a antiga crecheira. A gente superou isso. Hoje, é educação infantil, reconhecida como parte da educação básica. Mas nem sempre foi assim. Fui empregada doméstica, por muitos anos. Boa parte da minha vida, eu limpei a privada dos outros. Esse lugar também me fez esse sujeito político que eu sou hoje. O mordomo da Casa Branca aprende com seus colonizadores estratégias de sobrevivência, mas também de superação. Sou filha de pais analfabetos. O sonho dos meus pais era a gente aprender a ler para ler a Bíblia. Talvez, seja o livro que eu menos acesso hoje em dia. Mas também me inspirou a cumprir a tarefa de aprender a ler a Bíblia. Também fui catequista, Ministra da Eucaristia. Fui bem colonizada. Hoje,